



Simulado Final
MP MG

Oficial - Serviços Diversos
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final MP MG – Oficial – Serviços Diversos – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso MP MG (Oficial – Serviços Diversos);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;
- 6 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-MPMG-Oficial-07-01-23>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) | 11 – (A) (B) (C) (D) | 21 – (A) (B) (C) (D) | 31 – (A) (B) (C) (D) | 41 – (A) (B) (C) (D) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) | 12 – (A) (B) (C) (D) | 22 – (A) (B) (C) (D) | 32 – (A) (B) (C) (D) | 42 – (A) (B) (C) (D) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) | 13 – (A) (B) (C) (D) | 23 – (A) (B) (C) (D) | 33 – (A) (B) (C) (D) | 43 – (A) (B) (C) (D) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) | 14 – (A) (B) (C) (D) | 24 – (A) (B) (C) (D) | 34 – (A) (B) (C) (D) | 44 – (A) (B) (C) (D) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) | 15 – (A) (B) (C) (D) | 25 – (A) (B) (C) (D) | 35 – (A) (B) (C) (D) | 45 – (A) (B) (C) (D) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) | 16 – (A) (B) (C) (D) | 26 – (A) (B) (C) (D) | 36 – (A) (B) (C) (D) | 46 – (A) (B) (C) (D) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) | 17 – (A) (B) (C) (D) | 27 – (A) (B) (C) (D) | 37 – (A) (B) (C) (D) | 47 – (A) (B) (C) (D) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) | 18 – (A) (B) (C) (D) | 28 – (A) (B) (C) (D) | 38 – (A) (B) (C) (D) | 48 – (A) (B) (C) (D) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) | 19 – (A) (B) (C) (D) | 29 – (A) (B) (C) (D) | 39 – (A) (B) (C) (D) | 49 – (A) (B) (C) (D) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) | 20 – (A) (B) (C) (D) | 30 – (A) (B) (C) (D) | 40 – (A) (B) (C) (D) | 50 – (A) (B) (C) (D) |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O relatório de uma comissão independente que investigou a conduta de integrantes da Igreja Católica na França desde a década de 1950 revelou que ao menos 216 mil crianças foram vítimas de abusos sexuais de membros do clero nos últimos 70 anos. O relatório, divulgado nesta terça-feira após dois anos e meio de investigações, aponta que o número de vítimas pode ultrapassar os 300 mil se forem consideradas agressões cometidas por colaboradores da Igreja sem cargos eclesiásticos.

O documento de 2.500 páginas foi entregue nesta terça-feira pelo presidente da comissão, Jean-Marc Sauvé, ao chefe da Conferência dos Bispos da França (CEF, na sigla em francês), Eric de Moulins-Beaufort. De acordo com as descobertas, a Igreja mostrou, "por anos, indiferença profunda, total e até cruel", protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos.

— As consequências são muito graves. Cerca de 60% dos homens e mulheres abusados sexualmente encontram grandes problemas em sua vida sentimental ou sexual — afirmou Sauvé em entrevista coletiva.

O número total de menores abusados pode chegar a 330 mil, constatou o relatório, se consideradas também vítimas de pessoas na esfera da Igreja, mas que não compõem seu corpo eclesiástico, como catequistas, professores de escolas religiosas e supervisores de movimentos jovens.

Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil — dois terços deles, padres. Entre as vítimas, 80% eram meninos. Na maioria dos casos, os atos estão prescritos e os autores dos abusos já morreram, mas o relatório aponta 22 supostos crimes que ainda podem ser investigados. Todos foram encaminhados ao Ministério Público. Outros 40 casos muito antigos para serem processados, mas que envolvem pessoas que ainda estão vivas, foram encaminhados aos dirigentes da Igreja.

— Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores. Nós consideramos que a Igreja tem uma dívida para com as vítimas — ressaltou o presidente da comissão, afirmando

que os pesquisadores só constataram uma mudança de atitude nos últimos cinco anos.

(O Globo e agências internacionais. Adaptado)

01. É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:

- a) Quando tratada, a vítima de abuso pode levar uma vida normal.
- b) Meninos adolescentes e pré-adolescentes eram as principais vítimas.
- c) O relatório foi elaborado por integrantes do baixo clero.
- d) A Igreja sempre se mostrou disposta a apurar os casos de abuso.

02. Podemos afirmar que, nesse trecho, predomina a tipologia textual:

- a) argumentativa
- b) descritiva
- c) expositiva
- d) narrativa

03. O vocábulo destacado em "Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil" exerce a mesma função em:

- a) Trata-se de casos que devem ser investigados.
- b) Divulgou-se o número de vítimas.
- c) Lembre-se de que todos são iguais perante a lei.
- d) Feriu-se com instrumentos comprados recentemente.

04. Houve falha quanto à concordância na alternativa:

- a) Ana e sua amiga se encontravam todos os dias.
- b) Construíram-se muros enormes para proteção e isolamento.
- c) Faz três anos que não nos vemos.
- d) Devem haver muitos motivos para ele não ir ao evento.

05. As vírgulas que separam o segmento “constatou o relatório” (4º parágrafo):

- a) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
- b) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
- c) Foram empregadas em função de destacar o número de vítimas.
- d) Estão empregadas incorretamente.

06. A forma verbal “denunciavam” em “Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais)” indica um aspecto durativo, de uma ação habitual, como ocorre com a forma verbal destacada em:

- A) Aprovaram os projetos que estavam parados.
- B) O anúncio seria feito na manhã da posse.
- C) A partir da próxima semana, os filmes estream nos cinemas às quintas-feiras.
- D) Quando eles voltarem, estaremos aqui esperando.

07. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

- a) paralisação - exceção - obsessão
- b) ancioso - estresse - perturbar
- c) atualização - vexame - enchente
- d) seção - opinião - entertido

TEXTO II - NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de “Iracema”: “A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos”.

“Dous” virou “dois”, os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: “A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa”.

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso “idioma nacional”, liquidifica a segunda e a terceira pessoas (*tu sabe disso*), ignora o pronome oblíquo átono (*o que vai levar ele à extinção*), despreza o subjuntivo (as crianças *que talvez ainda podem ser salvas*) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo “cujo” sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitânicas hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela “escrita inclusiva. É o que Nélida Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade, experiências afrodiáspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e omissões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo laciano e a *lumenização* pura e simples.

Isto aqui “é brasileiro, já passou de português”, diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

08. Depreende-se da leitura do texto e de seu título que:

- a) O autor não concorda com o uso informal da língua.
- b) O português falado no Brasil se distanciou do português europeu.
- c) Os falantes de português no Brasil desconhecem a própria língua.
- d) O autor defende a preservação de uma "língua pura".

09. Em relação ao preconceito linguístico, pode-se afirmar que, de acordo com o texto,

- a) A elite acadêmica é disseminadora desse tipo de preconceito.
- b) O Acordo Ortográfico é uma ferramenta contra o preconceito.
- c) A ideia de "escrita inclusiva", na verdade, fomenta a segregação.
- d) O uso de uma linguagem "politicamente correta" contribui para a atenuação do preconceito.

10. O termo destacado não foi classificado com correção em:

- a) "os mares devem estar um tantinho mais imensos" (2º parágrafo) - objeto direto
- b) "anotava no posfácio de "Iracema"..." (1º parágrafo) - adjunto adverbial
- c) "diz o samba do Noel" (8º parágrafo) - sujeito
- d) "o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa" (3º parágrafo) - adjunto adnominal

11. Há palavra acentuada por ser "paroxítona terminada em ditongo" em:

- a) centímetro
- b) arguição
- c) propício
- d) armazém

12. Para estar de acordo com a norma-padrão, o trecho "*tu sabe disso*" (5º parágrafo) deve ser reescrito da seguinte forma:

- a) Tu sabeis disso
- b) Vós sabeis disso
- c) Tu sabes disso
- d) Tu saberia disso

13. No trecho "seja isso lá o que for" (6º parágrafo), classifica-se, morfológicamente, o vocábulo "que" como:

- a) pronome interrogativo
- b) conjunção integrante
- c) partícula expletiva
- d) pronome relativo

14. O conectivo "como" em "Como estava chovendo, ele decidiu ir de carro" expressa:

- a) conformidade
- b) causa
- c) consequência
- d) comparação

15. "O gerente deu dias de folga a funcionários". A transformação da estrutura para a voz passiva está correta em:

- a) Dias de folga são dados a funcionários pelo gerente.
- b) Dar-se-ão dias de folgas a funcionários.
- c) Deu-se dias de folgas a funcionários.
- d) Dias de folga foram dados a funcionários pelo gerente.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

16. Wando, servidor público civil estável ocupante de cargo efetivo no Estado de Minas Gerais, até então com sua folha de assentamentos funcionais sem nenhum registro, acabou por descumprir dever funcional de zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, em tese, o ato de Wando pode dar azo à pena de:

- a) suspensão de até trinta dias, a ser aplicada verbalmente.
- b) advertência, a ser aplicada verbalmente.
- c) repreensão, a ser aplicada por escrito.
- d) suspensão de até noventa dias.

17. Wanda, servidora pública estadual, após processo administrativo disciplinar, recebeu a sanção disciplinar de demissão. Um ano depois, reuniu provas de sua inocência e deu início a processo de revisão, que culminou com a decisão administrativa de invalidação de sua demissão.

No caso em tela, a reinvestidura de Wanda ocorreu por meio da:

- a) ascensão funcional, sem direito a vantagens retroativas;
- b) recondução, sem direito a vantagens retroativas;
- c) reversão, com ressarcimento de todas as vantagens;
- d) reintegração, com ressarcimento de todas as vantagens;

18. Marcia foi nomeada para ocupar cargo público efetivo no Estado. As opções a seguir apresentam requisitos básicos para a investidura. Assinale o requisito que não precisa ser preenchido por Marcia

- a) Estar em pleno gozo de seus direitos políticos.
- b) Estar quite com suas obrigações eleitorais.
- c) Ter idade mínima de 18 anos.
- d) Estar quite com suas obrigações militares.

19. Cabe ao Ministério Público com base em sua autonomia administrativa:

- a) praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo, apenas.
- b) elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos
- c) propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores, não podendo alterá-los por atos próprios.
- d) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos e carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores

20. A respeito do Ministério Público e de sua autonomia financeira, julgue os itens a seguir.

I O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

II Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues, em duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, sem vinculação a nenhum tipo de despesa.

III Os recursos originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

IV A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Estadual, mediante controle externo.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.

21. Sobre a organização do Ministério Público, é órgão de Administração Superior e de Execução

- a) a Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) o Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) o Conselho Superior do Ministério Público.
- d) a Ouvidoria do Ministério Público.

22. Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo

- a) Ex-officio pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) Pelo Colégio de Procuradores, mediante voto de 2/3 de seus membros.
- c) Pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante voto de maioria absoluta de seus membros.
- d) Pela Assembleia Estadual, após autorização por 2/3 dos membros do Colégio de Procuradores.

23. Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, nas comarcas do interior do Estado com mais de 2 (duas) Promotorias de Justiça, estas serão compostas por,

- a) no mínimo 1/3 de Promotores com atribuição Cível
- b) no mínimo 1/3 de Promotores com atribuição Criminal
- c) no máximo 1/3 de Promotores com atribuição Cível
- d) no máximo 1/3 de Promotores com atribuição Criminal

24. Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, é órgão de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:

- a) os Centros de Apoio Operacional.
- b) a Comissão de Concurso.
- c) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- d) as Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas.

25. Ao membro do MP não é vedado:

- a) receber honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia.
- c) exercer uma função pública de magistério.
- d) exercer atividade político-partidária.

ÉTICA

Fabiano Pereira

26. As normas deontológicas empregadas aos servidores públicos devem ser praticadas no exercício da sua função pública, integrando-se, ainda, à vida privada de cada servidor em particular. Portanto, pode-se concluir que as atitudes e condutas realizadas fora do expediente de trabalho em sua rotina pessoal diária

- a) Podem aumentar ou subtrair os bons conceitos na vida prática do servidor.
- b) Somente subtraem os bons conceitos na vida prática do servidor.
- c) Não interferem em nada os conceitos na vida prática do servidor.
- d) Somente aumentam os bons conceitos na vida prática do servidor.

27. A ética demanda condutas harmoniosas aos princípios administrativos, entretanto, existem comportamentos de servidores que ferem os valores do interesse público, afastando-se da missão e visão da organização. Assinale a alternativa a seguir na qual a atitude do servidor viola o interesse público.

- a) Márcia chega ao seu posto de trabalho sempre vinte minutos antes do horário oficial de abertura para preparar o ambiente ao atendimento ao público.
- b) Nicolas, policial de trânsito, não aceitou o suborno que o motorista lhe ofereceu em detrimento de uma colisão por estar bêbado.
- c) Anderson trata todos do seu repartimento com respeito e boa-fé.
- d) Antônio, fora do horário de expediente do trabalho, posta foto no Instagram vestido da camiseta do órgão administrativo e usando drogas ilícitas.

28. Assinale a alternativa que transmite a conduta correta entre os princípios que regem a ética na atuação do funcionário público.

- a) Ser gerente de um salão de barbearia com cerveja artesanal.
- b) Trazer materiais do seu setor, como cadernos e canetas, para usar no estudo de seus filhos.
- c) Promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
- d) Ser honesto e íntegro em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e dele não podendo se afastar ou se desviar.

GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

29. O planejamento estratégico

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o médio prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) envolve a organização como um todo.

30. De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, EXCETO:

- a) responsabilidade
 - b) legitimidade
 - c) sigilo
 - d) equidade
-

31. A sociedade espera que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à _____, ao passo que a _____ se relaciona ao alcance de resultados e objetivos. A _____, por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

As palavras que preenchem corretamente as lacunas, respectivamente, são:

- a) efetividade; eficácia; eficiência.
- b) eficiência; eficácia; efetividade.
- c) eficácia; eficiência; efetividade.
- d) eficiência; efetividade; eficácia.

32. João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e descendente;
- d) informal e ascendente;

33. Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.

34. Competência pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. A dimensão que constitui o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se refere aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa é chamada de

- a) conhecimento
- b) habilidade
- c) atitude
- d) autoridade

35. A capacidade de se colocar no lugar do outro para melhor atendê-lo, conhecê-lo e servi-lo é chamada de

- a) simpatia
- b) comportamento defensivo
- c) comportamento receptivo
- d) empatia

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

36. Mateus é servidor público exercendo funções de fiscalização sanitária na cidade de Belo Horizonte. Após receber denúncia anônima, sua equipe realizou uma operação oficial no *Hipermercado KiBom*. Foi comprovado que o estabelecimento possuía vários produtos alimentícios voltados ao público infantil com a data de validade expirada nas prateleiras. Além disso, os produtos estavam misturados a outros com validade dentro do prazo para que o consumidor desatento não suspeitasse e, assim, adquirisse o alimento estragado. Diante dessa situação, Mateus determinou a imediata interdição do Hipermercado e consequente retirada dos produtos fora da validade.

Na situação descrita, a ação de interdição e a retirada dos produtos estão calcadas no poder administrativo denominado de:

- a) Poder hierárquico, tendo em vista que a administração exerce superioridade sobre o particular;
- b) Disciplinar, que autoriza a Administração a aplicar sanções aos particulares infratores de normas de saúde pública;
- c) Normativo, que permite aplicar sanções por motivos de desobediência a normas de saúde pública;
- d) Poder de polícia, que decorre da supremacia do interesse público sobre o privado.

37. Nicolas, Analista do Ministério Público de Minas Gerais, estava lotado no setor de orçamentos e integrava a comissão responsável por aprovar as licitações do órgão. Nicolas, por ser muito amigo de Fabrício, dono de uma das concessionárias da *AE AUTOMÓVEIS*, que ficava a poucas quadras do Ministério Público, planejou em conversa particular, receber, dolosamente, vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de cinco mil reais, para facilitar a aquisição de bem móvel (automóveis) pela administração do

órgão por preço superior ao valor de mercado. O plano foi bem sucedido e, após se passarem três meses da conversa, Nicolas começou a receber as parcelas.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Nicolas:

- a) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve prejuízo ao erário;
- b) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois Nicolas cumpriu a aquisição dentro das diretrizes da legalidade, por meio de licitação solene;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos.

38. Rafael é Analista do Ministério Público de Minas Gerais, lotado na capital Belo Horizonte. Ele usa o carro oficial uma vez por semana para levar sua namorada ao Motel *Millennium Love*, no horário de almoço. Após os dois saírem do Motel, Rafael ainda deixa a namorada na porta da faculdade, que fica a 8 km de distância do seu posto de trabalho. Na situação em tela, pode-se afirmar que Rafael fere o princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) eficiência
- d) moralidade;

39. Camila, servidora do Departamento de Trânsito do Estado Minas Gerais, ao trafegar pelo centro de Belo Horizonte, na manhã do ano novo, verificou que alguns veículos automotores estavam estacionados em cima da calçada de maneira proibida e, além disso, incomodavam os habitantes da região com o som alto. Visando promover a tranquilidade dos cidadãos e a sua segura circulação, Camila determinou que os automóveis fossem rebocados.

No caso em tela, o ato de remoção do veículo tem embasamento específico e diretamente no atributo do ato administrativo da:

- a) Imperatividade, sendo necessária prévia notificação ao particular antes do ato de remoção;
- b) Autoexecutoriedade, que prescinde de prévia autorização judicial e de prévia notificação ao particular;
- c) Presunção de legitimidade, não se admitindo prova em contrário, tendo em vista que Camila é servidora pública;
- d) Presunção de veracidade, tendo em vista que prescinde de prévia autorização do Governador do Estado;

40. Acerca dos contratos administrativos, nos moldes trazidos pela Lei 14.133/21, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado por 10 dias, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- b) Será obrigatório à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas.

c) Os contratos poderão ter sua vigência por prazo indeterminado nos contratos em que a administração seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio.

d) A Administração Pública designará agente que ficará responsável pela respectiva fiscalização e que não poderá ser auxiliado por terceiros.

41. Acerca da organização da Administração Pública, marque com "V" as afirmativas verdadeiras, com "F" as afirmativas falsas e, ao final, assinale a alternativa que mostra a sequência correta:

I - Os empregados das empresas públicas são regidos por estatuto, adquirindo estabilidade após decorridos 3 anos de efetivo exercício.

II - As sociedades de economia mista somente poderão ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

III - A criação de uma fundação pública de direito público é expressão do instituto da desconcentração.

IV - A criação de autarquias se fará mediante autorização em lei, a qual poderá prever, inclusive, a criação de suas subsidiárias.

V - As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas para a exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos.

a) F – V – F – F – V

b) F – V – V – F – V

c) V – V – F – F – V

d) V – F – V – V – F

42. Acerca do regime jurídico administrativo, marque com "V" as afirmativas verdadeiras, com "F" as afirmativas falsas e, ao final, assinale a alternativa que mostra a sequência correta:

I - Ao direito público compete regular as relações jurídicas entre Estado e particulares e, além disso, entre as entidades estatais e administrativas.

II - Os atos praticados pelos órgãos são imputados à pessoa jurídica a cuja estrutura estão integrados.

III - O regime jurídico administrativo está pautado, basicamente, no princípio da supremacia do interesse privado e da indisponibilidade do interesse público.

IV - Enquanto o princípio da indisponibilidade assegura prerrogativas (privilégios) para a Administração Pública e seus agentes, o princípio da supremacia do interesse público impõe sujeições (restrições).

a) V – V – F – V

b) F – V – V – F

c) V – V – F – F

d) F – F – V – V

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

43. É INCORRETO afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

a) o pluralismo político.

b) os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.

c) a prevalência dos direitos humanos.

d) a cidadania.

44. NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de

a) Presidente e Vice-Presidente da República.

b) Ministro da Justiça.

c) Ministro de Estado da Defesa.

d) Carreira Diplomática.

45. “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de _____ dias, e aprovada por _____ dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

a) 10 – 1/2

b) 10 – 2/3

c) 15 – 1/2

d) 15 – 2/3

46. Nos termos da Constituição da República, pode propor a ação declaratória de constitucionalidade:

a) o Prefeito.

b) o Procurador-Geral de Justiça.

c) qualquer partido político.

d) a mesa da câmara legislativa do distrito federal.

47. Nos termos da Constituição, considerando que o município de Belo Horizonte/MG pretenda propor ação contra o Conselho Nacional do Ministério Público, a competência para julgamento e processamento do feito caberá à(ao):

a) Justiça Federal.

b) Justiça comum.

c) Supremo Tribunal Federal.

d) Superior Tribunal de Justiça.

48. De acordo com as disposições da Constituição Federal, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á:

a) Mandado de Segurança

b) Mandado de Segurança Coletivo

c) “Habeas Corpus”

d) “Habeas Data”

49. Aos juízes é permitido, nos termos da Constituição Federal:

- a) exercer a advocacia no juízo do qual se afastou, a partir do afastamento do cargo por exoneração.
- b) dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) receber, a qualquer título, participação em processo.
- d) exercer na ativa ou em disponibilidade uma única função de magistério.

50. De acordo com a Constituição da República, o Conselho Nacional do Ministério Público é composto por:

- a) 15 Conselheiros.
 - b) 14 Conselheiros.
 - c) 11 Conselheiros.
 - d) 07 Conselheiros.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
